

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

## PARTICIPAÇÃO, IDENTIDADE E AUTONOMIA

*Iván Gerardo Peyré Tartaruga*

*Boletim Gaúcho de Geografia, 27: 78-85, dez., 2001.*

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38430/24699>

---

Publicado por

## Associação dos Geógrafos Brasileiros

---



## Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

### Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - dez., 2001.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

## PARTICIPAÇÃO, IDENTIDADE E AUTONOMIA\*

IVÁN GERARDO PEYRÉ TARTARUGA\*\*

### Introdução

Este texto tem o objetivo de abordar a questão da participação de homens e de mulheres na tomada de decisões nas mais diferentes esferas.<sup>1</sup> A abordagem do tema deste ensaio, por si só, justifica-se pelo aparecimento corriqueiro do quesito da participação dos cidadãos nas propostas de gestão pública e/ou ambiental, apesar desta participação ser superficial ou indefinida em muitos casos.

Em primeiro lugar, devemos destacar que esta análise sobre a participação não pretende ser definitiva, pois o tema é muito complexo, ultrapassando as possibilidades de conhecimento teórico e empírico do autor, e o nosso desejo, na verdade, é tentar desenvolver uma discussão em termos geográficos principalmente, sem desconsiderar outras áreas do conhecimento (sociologia, ciência política, antropologia, biologia, entre outras), que torne possível ampliar o entendimento deste fenômeno social na atualidade.

Além do mais, neste trabalho partimos do pressuposto de que a participação diz respeito à construção de interpretações ou de entendimentos das realidades de indivíduos ou coletividades humanas, posição que nos ajudará a compreender melhor este fenômeno. Com efeito, no ato de decidir, principalmente em

---

\* - Trabalho realizado sob a orientação do Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich, orientador do autor, e da Profª. Drª. Dirce Maria A. Suertegaray, ministrante da disciplina Geografia e Ambiente do Programa de Pós-graduação em Geografia, na qual foi realizado este trabalho.

\*\* - Geógrafo. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS e bolsista da CAPES. Vice-presidente da Associação dos Geógrafos Profissionais do Rio Grande do Sul (2000-2002). E-mail: ivan.peyre@ig.com.br

<sup>1</sup> Este ensaio está inserido na pesquisa deste autor, no Programa de Pós-graduação em Geografia/UFRGS (mestrado), sobre processos decisórios participativos no âmbito da gestão pública brasileira, mais especificamente sobre o Orçamento Participativo de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul.

BOLETIM GAÚCHIO DE GEOGRAFIA	PORTO ALEGRE	Nº 27	P. 78-85	DEZ. 2001
---------------------------------	--------------	-------	----------	-----------

questões de ordem coletiva, sempre há conscientemente, ou inconscientemente, uma leitura da realidade dos que decidem.

Para iniciar esta discussão optamos por definir um conceito para participação. Norberto BOBBIO et al (1992, p. 888) definem o termo participação política, que em ciência política pode significar uma série de atividades, desde o ato de votar até a discussão de acontecimentos políticos, o que reflete acontecimentos típicos das democracias ocidentais. A concepção de *participação* que queremos trabalhar aqui, que engloba a de participação política, é aquela que enfatiza a idéia da associação de indivíduos com o intuito de decidir os rumos de suas vidas, desde o nível local até o nível regional ou global.

Acreditamos ser importante para a discussão tratar as idéias de autonomia e de identidade, que para este autor são cruciais para o entendimento da gênese, da funcionalidade e da estrutura dos processos de participação.

### **Autonomia**

A primeira idéia que poderíamos associar ao termo autonomia seria o de total independência de um indivíduo com respeito a outros indivíduos e seus respectivos discursos, isto é, de total contraposição à heteronomia (legislação ou regulação pelo outro). Entretanto, este estado, em realidade, é impossível de ser alcançado. Com efeito, no extremo, um indivíduo não pode ser totalmente independente de outras pessoas e de seu entorno. Por um lado, como coloca Cornelius CASTORIADIS (1982, p. 126), a exclusão total dos outros, ou dos discursos dos outros, pelo sujeito é uma condição não-histórica, isto é, uma condição de negação do processo histórico de relações humanas que qualquer pessoa sofre ao viver em sociedade. A autonomia, portanto, só pode se dar de forma coletiva, dentro da interdependência entre indivíduos, e como problema político e social. Da mesma forma, Edgar MORIN diz que a autonomia só acontece através da dependência em relação ao meio externo, e que isto é uma imposição da realidade (1996, p. 282).

Estas considerações, relativas a impossibilidade da existência de uma autonomia individual, confrontam a idéia do fortalecimento comportamental do individualismo no mundo atual, na verdade, o que ocorre atualmente é uma alienação dos indivíduos dentro de suas respectivas coletividades.<sup>2</sup>

*Podemos tratar a noção de autonomia também no aspecto geográfico, o que podemos chamar de autonomia do lugar. O lugar tomado aqui como a referência ao vivido e ao cotidiano das pessoas, como o espaço da vivência e da convivência. A confrontação das escalas local e global nos possibilita uma visão espacial da autonomia. Segundo Milton SANTOS, "a ordem global busca impor, a todos os lugares,*

<sup>2</sup> Alienação muito parecida àquela apontada por MARX e ENGELS (1984, p. 39) relacionada a uma "força social" que existe fora dos indivíduos, não sabem de onde vem e a que se destina, e que não podem dominar.

uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade" (1997a, p. 272)<sup>3</sup>. Em suma, "cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente" (1997a, p. 273). Portanto, cada lugar possui uma autonomia, em diferentes graus, dependente do exterior (global).

Para deixar mais claro o que foi colocado até aqui sobre a autonomia vamos utilizar a perspectiva das *Teorias da Auto-organização*<sup>4</sup>. Esta perspectiva é uma superação da Teoria Geral dos Sistemas, assumindo destaque a partir dos anos 1960 e 1970 (SUERTEGARAY, 1999, p. 4). A auto-organização surge na biologia com o objetivo de compreender a complexidade biológica, isto é, a complexidade da vida dos seres. Apesar disso, estas teorias são utilizadas em várias áreas do conhecimento, como na física, na medicina, educação, economia, entre outras. SUERTEGARAY (1999, p. 4) cita que a concepção da auto-organização também é reconhecida como construtivista, e destaca a influência da Hermenêutica das ciências sociais,<sup>5</sup> observando que "a Hermenêutica pressupõe a construção do objeto pelo sujeito admitindo a reconstrução do sujeito pelo objeto" (SUERTEGARAY, 1999, p. 5). Esta última idéia, basilar na concepção da auto-organização, possibilita pensar a autonomia (objeto) como construção da respectiva coletividade (sujeito) e, também, esta coletividade como reconstrução desta autonomia, ao mesmo tempo.<sup>6</sup> Convém destacar que, neste contexto, não podemos esquecer da dependência em relação ao meio externo, na qual a auto-organização pode ser denominada de *auto-ecoorganização*, conforme MORIN (1996, p. 283).

Outro conceito da geografia que está relacionado a noção de autonomia é o de *território*, concebido como "um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 1995, p. 78). Com efeito, a autonomia de uma sociedade, o seu poder, só pode ser concebida em algum espaço contíguo, na sua territorialidade. Este é um elemento importante quando vemos, atualmente, diversos movimentos sociais tendo a territorialização como processo geográfico essencial nas suas lutas por uma vida melhor.<sup>7</sup> Neste contexto da autonomia dos

<sup>3</sup> SANTOS define que "a ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única [da globalização] que os constitui em sistema. A ordem local é associada a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e como território, regidos pela interação" (SANTOS, 1997a, p. 272). Esta ordem global se utiliza de sistemas informacionais com altos graus de técnicas científicas.

<sup>4</sup> Para uma abordagem mais completa sobre as Teorias da Auto-organização ver MORIN (1996).

<sup>5</sup> Na concepção da auto-organização está relacionada uma tentativa de estabelecer a união entre as ciências naturais e as ciências humanas, entre o biofísico e o humano. Com efeito, "...todas as ciências, incluindo as físicas e biológicas, são sociais [nas suas elaborações]. Mas não devemos esquecer que tudo aquilo que é antropossocial tem uma origem, um enraizamento e um componente biofísico" (MORIN, 1996, p.20).

<sup>6</sup> Para exemplificar e deixar mais clara esta conclusão, em um estudo realizado sobre as organizações populares da cidade de Porto Alegre pode-se verificar que estas participando na gestão municipal estão num processo de construção de sua autonomia, e, concomitantemente, verifica-se que esta autonomia está transformando os indivíduos participantes na gestão, no sentido de um aumento da consciência dos problemas e das realidades da cidade. (PEYRÉ TARTARUGA, 1999)

<sup>7</sup> Como é sustentado no artigo de FERNANDES (2000), em que analisa o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil.

territórios, onde leva-se em conta o lugar, faz-se necessário discutir as identidades de cunho territorial.

### **Identidade**

A *identidade territorial* está relacionada ao sentimento humano de pertencer a um dado território e, algumas vezes, de dominar este mesmo território. Atualmente, este tipo de identidade pode ser observado, em todo o mundo, nos movimentos de cunho urbano e de comunidades locais.

A relevância da associação das identidades aos territórios, na atualidade, é declarada por Paul CLAVAL, quando diz:

*"As identidades se associam ao espaço; elas se baseiam nas lembranças divididas, nos lugares visitados por todos, nos monumentos que refrescam a memória dos grandes momentos do passado, nos símbolos gravados nas pedras das esculturas ou nas inscrições. A territorialidade se transformou em um dos componentes mais importantes das novas orientações do mundo social e político" (1997, p. 107)<sup>8</sup>.*

Além desta caracterização da identidade, quanto a sua espacialidade, achamos oportuno defini-la como uma das formas de identidade propostas por Manuel CASTELLS, denominada de *identidade de resistência*, que é

*"...criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos..." (1999, p. 24).*

A escolha deste tipo de identidade específico - territorial e de resistência - foi feita em função da riqueza, na sua significação sócio-cultural, de grupos territoriais que compõem-se, geralmente, de populações de baixa renda. Esta riqueza é colocada geograficamente por SANTOS (1997a e 1997b), na qual destaca a força do lugar e dos pobres<sup>9</sup>, nas metrópoles principalmente. Essas duas idéias convergem para o fenômeno da solidariedade. Esta solidariedade surge a partir da proximidade dos indivíduos (relações de vizinhança), o que favorece a comunicação entre vizinhos (convivência), e desta solidariedade surge a organização<sup>10</sup>. Esta organização solidária subsiste e se origina no local, seja ele a rua, o bairro, a vila, a cidade, formando assim redes sociais entre seus vizinhos, como sustenta

<sup>8</sup> Sem grifos no original.

<sup>9</sup> A definição de pobres, neste contexto, é um tanto vaga e imprecisa, pois a definição exata varia muito de lugar para lugar. Em termos genéricos, ela faz referência a estratos populacionais de baixa renda, como já foi dito, e, também, de baixa escolaridade, com problemas habitacionais, entre outras características.

<sup>10</sup> Esta organização é diferente daquela que advém da ordem global, do meio técnico-científico informacional, nesta a solidariedade surge da organização - uma organização externa, que vem de fora do lugar. (SANTOS, 1997a)

CASTELLS (1999, p. 79). De visão sociológica, CASTELLS apresenta a hipótese “*de que, para que isso aconteça, faz-se necessário um processo de mobilização social, isto é, as pessoas precisam **participar** de movimentos urbanos (não exatamente revolucionários), pelos quais são revelados e definidos interesses em comum, e a vida é, de algum modo, compartilhada, e um **novo significado** pode ser produzido*” (1999, p. 79)<sup>11</sup>. No campo cultural, mais especificamente na geografia cultural, CLAVAL observa que “*não existe compreensão real dos processos culturais se negligenciarmos o jogo da **intersubjetividade***” (1997, p. 95)<sup>12</sup>, portanto, culturalmente também se justifica a relevância das relações entre os indivíduos – intersubjetividade.

Como é colocado por SANTOS (1997a, p. 261), estes pobres<sup>13</sup> estabelecem um debate novo sobre a capacidade efetiva e criativa da organização comunitária nos aspectos social e afetivo. Em contrapartida, os indivíduos ditos “ricos” estão cada vez mais alienados da sua realidade local, pois estão imersos na competitividade e no individualismo do processo de globalização. Porém devemos alertar, fugindo de qualquer exagero, que o conjunto destas organizações coletivas não é uma panacéia para os problemas de cada local e, muito menos, para os de escala global; o que é ressaltado por CASTELLS quando diz que “*elas [as organizações comunitárias] constroem abrigos, mas não paraísos*” (1997, p. 84).

Esta força dos pobres/lugares, vinculada a construção das identidades, tem sua origem e explicação, em última instância, na carência de consumo que é intensificada na percepção da abundância dos outros. Ou seja, aqueles ao perceberem o consumo destes tentam resistir, das formas mais pacíficas até as mais agressivas, as suas realidades ingratas e injustas para tentar transformá-las. E, para resistir, fazem uso dos seus conhecimentos históricos e geográficos – incipientes na história e na geografia formal – dos seus cotidianos, seus lugares, seus territórios.

Apesar de simples, esta explicação, relacionada a carência, parece ser insuficiente para justificar a força de indivíduos tão fracos. Por isso é que, para entender melhor este fenômeno, voltamos as teorias da auto-organização. Segundo esta concepção, em sistemas complexos, como as organizações tratadas aqui, a fraca confiabilidade dos componentes (indivíduos ditos fracos), caracterizados pela diversidade e pela ordem/desordem<sup>14</sup> de suas relações, é superada pela forte confiabilidade do conjunto (coletividade). Como é sustentado por MORIN (1996, p. 30) e, também, por SANTOS (1997, p. 93-95), o conhecimento das partes pressupõe o conhecimento do todo, da mesma forma que o conhecimento do todo

---

<sup>11</sup> Sem grifos no original.

<sup>12</sup> Sem grifo no original.

<sup>13</sup> Aqui se inclui também o migrante, que assume um papel importante nesta discussão.

<sup>14</sup> As desordens, aqui, são traduzidas em conflitos e antagonismos entre os indivíduos.

pressupõe o conhecimento das partes.<sup>15</sup> A força destas organizações comunitárias, portanto, é explicada por suas partes e pelo conjunto, ao mesmo tempo; ou seja, a multiplicidade de fraquezas e a unidade da força, a *unitas multiplex* que fala MORIN (1996, p. 218).

Assim, após estas considerações, voltamos a idéia de participação.

### Participação

Pelo que já foi visto até aqui, fica mais fácil visualizar a relação entre participação e autonomia/identidade. Em realidade, a concepção de participação, definida no início deste trabalho, está inseparavelmente ligada a busca de autonomia e a construção de identidades dos indivíduos. As dependências com respeito ao outro e ao meio externo, portanto, devem obrigatoriamente ser consideradas em qualquer processo de participação. Mas, para que os processos sociais de participação sejam realmente produtores, no sentido da alteração de realidades sócioeconômicas, devemos “...combater as formas de opressão do mundo atual..., pois,...aprender a desconstruir a imagem do Outro que o mundo ocidental tem como evidente desde que começou a se conceber como superior aos outros” (CLAVAL, 1997, p. 109).

MORIN diz que devemos “...instir fortemente na utilidade de um conhecimento que possa servir à reflexão, meditação, discussão, incorporação por todos, cada um no seu saber, na sua experiência, na sua vida...” (1996, p. 30), enfatizando-se a visão polocular ou poliscópica, “...em que..., as dimensões físicas, biológicas, espirituais, culturais, sociológicas, históricas daquilo que é humano deixem de ser incomunicáveis” (1996, p. 30). Devemos, em última análise, aceitar as diferentes visões e opções dos diferentes indivíduos (outros).

Entretanto, no mundo ocidental o cidadão é desqualificado pelo especialista a todo momento, apesar da incapacidade dos especialistas de vários campos do saber de responder satisfatoriamente aos problemas atuais (econômicos, ambientais, sociais, entre muitos outros), segundo Fritjof CAPRA (1992, p. 22). Neste contexto, CAPRA (1992, p. 23) também coloca a mostra a “crise de idéias” da maioria dos intelectuais, em razão de suas visões estreitas da realidade. O que é necessário é um maior número de diferentes visões da realidade.

Neste sentido, MATURANA (1994) sustenta que existem dois caminhos para se efetuarem as reflexões e as relações humanas<sup>16</sup>. O primeiro caminho leva em conta a origem das propriedades do observador e o segundo não considera esta

<sup>15</sup> Estas considerações dizem respeito ao *Princípio da Complexidade*, que pretende ser a superação do princípio da simplificação (separação e redução) da ciência clássica.

<sup>16</sup> As idéias em MATURANA (1994) foram construídas através da fenomenologia da percepção, considerando-se os aspectos biológicos. Nesta abordagem foram utilizadas também as concepções da auto-organização.

origem. No contexto do primeiro caminho, as propriedades do observador estão intimamente relacionadas a sua biologia, e biologicamente os seres vivos, incluindo os seres humanos, não são capazes de discernir a ilusão, interpretação errada, da percepção, interpretação certa, de uma situação qualquer. Com efeito, uma interpretação errada só é reconhecida como erro num tempo posterior, antes disto é considerada como certa; aceitando é claro que não somos infalíveis quanto a nossas capacidades biológicas, como por exemplo a visão, e interpretativas da realidade. Como coloca CLAVAL, “os homens não agem em função do real, mas em razão da imagem que fazem dele” (1997, p. 94), imagem esta que é influenciada pela história do cotidiano de cada indivíduo. MATURANA chama isto de *objetividade entre parênteses*, no qual o observador tem consciência e pode aceitar a existência de visões e de interpretações diferentes da sua própria, das várias realidades. O segundo caminho, na qual não se consideram as propriedades cognoscitivas do observador, MATURANA denomina de *objetividade sem parênteses*; neste o observador acredita que existe somente uma interpretação correta da realidade, a sua realidade é absoluta e universal, isto é, válida para qualquer observador. Na esfera das *objetividades sem parênteses* estão as posições extremistas políticas e religiosas, e a tirania. Enquanto, na esfera das *objetividades entre parênteses* está a aceitação do outro como indivíduo a ser respeitado, mesmo que não se concorde com suas posições: todas as realidades são legítimas, apesar de algumas não serem desejáveis. Em suma, a *objetividade sem parênteses* é um pedido de obediência e a *objetividade entre parênteses* é um convite.

Somente no contexto das *objetividades entre parênteses*, podemos conceber o que MATURANA (1994, p. 71) define como conspiração democrática, no qual se daria a participação de todos os atores sociais de uma sociedade na construção da mesma com a aceitação do outro como legítimo outro na convivência. A grande vantagem desta participação seria a de englobar diferentes visões ou interpretações dos problemas para a tentativa da solução destes (CAPRA, 1992; MATURANA, 1994; MORIN, 1996; SANTOS, 1997a).

Como desfecho deste ensaio, cremos que a efetivação de processos decisórios participativos, num dado espaço geográfico, ocorre quando todas as identidades – territoriais, étnicas, culturais, religiosas – participam do processo, onde todos os participantes compreendem que suas respectivas autonomias dependem das dos outros e o conhecimento científico – dos especialistas e dos intelectuais – se junta ao não-científico – do pobre, do migrante, do cidadão – criando um saber teórico e prático que responda melhor aos problemas atuais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 4. ed. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1992.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo : Cultrix, 1992.
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo : Paz e Terra, 1999. v. 2: O poder da identidade.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.
- CLAVAL, Paul. *As abordagens da geografia cultural*. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (organizadores). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997. p. 89-117.
- FERNANDES, Bernardo M. Movimento social como categoria geográfica. *Terra Livre*, São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo : Moraes, 1984.
- MATURANA, R. H. *Emociones y lenguaje en educación y política*. Colección Hachette/Comunicación. CED Ediciones Pedagógicas Chilenas, S. A. Santiago de Chile, 1994.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1996.
- PEYRÉ TARTARUGA, Iván G. *Análise Geográfica do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1999. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 2. ed. São Paulo : Hucitec, 1997a.
- \_\_\_\_\_. *Metrópole: a força dos fracos é o seu tempo lento*. In: \_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 3. ed. São Paulo : Hucitec, 1997b. p. 81-86.
- SOUZA, Marcelo L. de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (organizadores). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.
- SUERTEGARAY, Dirce M. A. *Considerações sobre o fazer científico: natureza sociedade geografia*. Porto Alegre : [s.n.], 1999.